

Wagner José Rodrigues

IX ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO  
BÁSICA

GT 12

O ENSINO DE SOCIOLOGIA NAS ESCOLAS MILITARES:  
DE NORTE A SUL DO BRASIL

PENSAMENTO SOCIOLÓGICO EM ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: UM ESTUDO  
NAS PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

São José dos Pinhais, PR

2025

## PENSAMENTO SOCIOLÓGICO EM ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: UM ESTUDO NAS PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Wagner José Rodrigues <sup>1</sup>

### RESUMO

O pensamento sociológico está presente na educação pública brasileira há mais de um século, assumindo diferentes perfis, como civilizatório, higienista, crítico ou diluído em outras disciplinas. Sua presença no currículo está ligada a contextos políticos, sociais e culturais. A militarização da educação se intensificou em 2019 com o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, instituído no governo Bolsonaro e encerrado nacionalmente em 2022, embora ainda vigente em estados alinhados à direita. O objetivo geral deste artigo é investigar como o pensamento sociológico aparece em teses e dissertações *stricto sensu* que tratam de escolas cívico-militares a partir de 2019. Os objetivos específicos incluem: analisar trabalhos sobre militarização escolar entre 2019 e 2025, identificar quais também abordam o pensamento sociológico e examinar como ele é discutido. A pesquisa é qualitativa, de caráter exploratório, com análise documental e bibliográfica, utilizando o Portal CAPES com filtros temáticos e temporais. Foram encontrados 66 trabalhos sobre militarização escolar, agrupados em 36 temas distintos, mas apenas três relacionam-se ao pensamento sociológico. Com base em Forquin (1993) e Apple (2001), conclui-se que a militarização busca intervir no currículo em favor de interesses dominantes. A análise revela conflitos entre pensamento sociológico e projeto militar, indicando a necessidade de mais estudos sobre o tema.

**Palavras-chave:** Pensamento Social, Escola Cívico-Militar, Militarismo Escolar, Educação Básica.

### INTRODUÇÃO

O pensamento sociológico está presente na educação pública brasileira há mais de um século, variando conforme os contextos políticos, sociais, culturais e econômicos. Sua inclusão ou exclusão curricular acompanha essas conjunturas. A militarização da educação, intensificada em 2019 com o Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM) no governo Bolsonaro, influenciou essa dinâmica. Mesmo com o fim do programa em nível federal em 2022, o modelo permanece em estados alinhados à direita. Este artigo tem como objetivo geral investigar como a temática do pensamento sociológico em escolas cívico-militares é tratada em pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* produzidas no Brasil desde 2019. Os objetivos específicos incluem: (1) analisar produções sobre militarização escolar entre 2019 e 2025; (2) identificar as que abordam conjuntamente militarização e pensamento sociológico; (3) compreender como esse

---

<sup>1</sup> Mestrando do Curso de Sociologia da Universidade Federal do Paraná - UFPR, Cor: Parda, Gênero: Masculino, São José dos Pinhais – Paraná, e-mail: wagnerjose2004@yahoo.com.br;

pensamento é aplicado nas obras. Utilizou-se abordagem qualitativa, com análise documental e bibliográfica no Portal CAPES, usando filtros como “ECIM”, “PECIM” e demais palavras relacionadas, além de filtros internos como: “áreas do conhecimento” e “programas de pós-graduação” entre outras. Foram identificados 66 trabalhos, agrupados em 36 temas, dos quais apenas três tratam diretamente do pensamento sociológico no contexto cívico-militar. Com base em Forquin (1993) e Apple (2001), conclui-se que a militarização interfere no currículo em favor de grupos neoconservadores, evidenciando tensões com a Sociologia e indicando a necessidade de aprofundar os estudos sobre o tema.

## **METODOLOGIA**

As pesquisas analisadas neste estudo foram extraídas da plataforma Sucupira no período de 18 de fevereiro a 18 de março de 2025, por meio do banco de teses e dissertações disponibilizado no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A CAPES é o órgão responsável pela regulação e coordenação da pesquisa científica no Brasil, em nível nacional e internacional, sendo incumbida da regulamentação da pós-graduação *stricto sensu* e da promoção da disseminação da produção acadêmica. Todos os trabalhos examinados referem-se a teses e dissertações aprovadas por bancas examinadoras, o que garante sua consistência e confiabilidade, tendo em vista que foram submetidas à avaliação de especialistas antes de sua divulgação em domínio público. A Tabela 01 apresenta as palavras-chave e os filtros utilizados na busca realizada na plataforma da CAPES. O sistema sugere automaticamente filtros conforme os campos iniciais — palavra-chave, curso, ano e grande área do conhecimento — são preenchidos. A análise concentrou-se no período correspondente à implantação mais recente do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, compreendendo os anos de 2019 a 2025. Foram selecionadas pesquisas vinculadas às áreas da Sociologia, da Educação e a campos correlatos, dentro de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Tabela 01 – Filtros de pesquisa – Banco de Teses e Dissertações.

| <b>Categoria</b>            | <b>Itens Pesquisados</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|-----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Palavra-Chave               | Escolas Cívico Militares, Escola Cívico-Militar, PECIM (Programa de Escolas Cívico-Militar), Militarização das Escolas, ECIM (Escolas Cívico-Militar).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Curso                       | Mestrado, Doutorado, Mestrado Profissional.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Ano                         | 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Grande Área do Conhecimento | Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Multidisciplinar                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Área do Conhecimento        | Ciências e Humanidades para Educação Básica, Educação, Planejamento Educacional, Sociologia, Educação de Adultos, Ensino, Sociais e Humanidades, Políticas Públicas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Área de Avaliação           | Ciência e Humanidades para a Educação Básica, Educação, Interdisciplinar, Sociologia, Ensino.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Área de Concentração        | Ciências Jurídicas e Sociais, Desenvolvimento Profissional e Educação, Educação, Educação Básica, Educação Escolar, Educação Social, Educação Linguagem e Sociedade, Educação e Formação de Professores, Educação, Políticas e Culturas, Ensino de Sociologia, Sociedade, Cultura e Fronteiras, Sociologia, Sociedade e Transformação, Sociedade, Cultura e Fronteiras, Educação e Cultura Contemporânea, Educação e Formação Humana, Ensino na Educação Básica, Educação Linguagem e Sociedade, Direitos Humanos e Cidadania, Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. |
| Nome do Programa            | Educação, Educação e Novas Tecnologias, Educação Escolar, Ensino, Sociologia, Sociologia em Rede Nacional, Sociologia e Direito, Sociedade, Cultura e Fronteiras, Direitos Humanos e Cidadania, Educação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Ensino na Educação Básica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |

Fonte: Elaboração própria com base no Portal Capes (2025)

É importante destacar que a busca por trabalhos no portal da CAPES não se limitou à área da Sociologia, abrangendo também a área da Educação, considerando que a disciplina de Sociologia se articula com ambos os campos. Durante a investigação, surgiram ainda filtros vinculados à área do Direito, em razão de eventuais interfaces com o campo sociológico. Após a catalogação, procedeu-se à análise dos objetos de pesquisa descritos nos resumos, com foco nos temas centrais vinculados à “Militarização das Escolas”. Em determinados casos, identificaram-se relações entre três variáveis; em outros, a presença de apenas duas. A Tabela 02, a seguir, apresenta, de forma sistematizada, o agrupamento dessas relações.

Tabela 02 – Agrupamento de Temas.

|    | Temas relacionados com a militarização escolar                       | Quantidade de Trabalhos | Percentual em relação ao total |
|----|----------------------------------------------------------------------|-------------------------|--------------------------------|
| 1  | Gestão escolar em escolas militarizadas                              | 13                      | 20%                            |
| 2  | Processo de militarização escolar e seus desdobramentos              | 11                      | 17%                            |
| 3  | Conservadorismo neoliberal na política educacional brasileira        | 7                       | 11%                            |
| 4  | Direitos humanos em escolas militarizadas                            | 2                       | 3%                             |
| 5  | Violência escolar em escolas militarizadas                           | 2                       | 3%                             |
| 6  | Análise do discurso em escolas militarizadas                         | 1                       | 2%                             |
| 7  | Análise do processo histórico da militarização das escolas           | 1                       | 2%                             |
| 8  | Cidadania em escolas militarizadas                                   | 1                       | 2%                             |
| 9  | Clima escolar em escolas militarizadas                               | 1                       | 2%                             |
| 10 | Conselho de classe em escolas militarizadas                          | 1                       | 2%                             |
| 11 | Currículo escolar em escolas militarizadas                           | 1                       | 2%                             |
| 12 | Democracia em colégios militarizados                                 | 1                       | 2%                             |
| 13 | Discurso religioso e ideológico em escolas militarizadas             | 1                       | 2%                             |
| 14 | Dispositivos constitucionais e ideológicos em escolas militarizadas  | 1                       | 2%                             |
| 15 | Ditadura militar no Brasil e escolas militarizadas                   | 1                       | 2%                             |
| 16 | Docilização de corpos em escolas militarizadas                       | 1                       | 2%                             |
| 17 | Educação ambiental em escolas militarizadas                          | 1                       | 2%                             |
| 18 | Educação física para alunos especiais em escolas militarizadas       | 1                       | 2%                             |
| 19 | Educação performativa em escolas militarizadas                       | 1                       | 2%                             |
| 20 | Formação de consenso em escolas militarizadas                        | 1                       | 2%                             |
| 21 | Fundamentos ideológicos em escolas militarizadas                     | 1                       | 2%                             |
| 22 | Fundamentos ideológicos e pedagógicos em escolas militarizadas       | 1                       | 2%                             |
| 23 | Gênese do processo de implantação de escolas militarizadas           | 1                       | 2%                             |
| 24 | Ideário militar na política educacional brasileira                   | 1                       | 2%                             |
| 25 | Ideologia da ditadura militar e militarização das escolas recente    | 1                       | 2%                             |
| 26 | Militarização da educação                                            | 1                       | 2%                             |
| 27 | Modernidade sólida e líquida em escolas militarizadas                | 1                       | 2%                             |
| 28 | Pensamento social em escolas militarizadas                           | 1                       | 2%                             |
| 29 | Prática docente em escolas militarizadas                             | 1                       | 2%                             |
| 30 | Práticas e avaliações dominantes em escolas militarizadas            | 1                       | 2%                             |
| 31 | Processos de ensino e aprendizagem em escolas militarizadas          | 1                       | 2%                             |
| 32 | Projetos de lei da militarização escolar em assembleias legislativas | 1                       | 2%                             |
| 33 | Projetos de militarização em escolas civis                           | 1                       | 2%                             |
| 34 | Temáticas LGBTQIAP+ em escolas militarizadas                         | 1                       | 2%                             |
| 35 | Valores morais em escolas militarizadas                              | 1                       | 2%                             |
| 36 | Violência de gênero em escolas militarizadas                         | 1                       | 2%                             |
|    | Total de Trabalhos                                                   | 66                      |                                |

Fonte: Elaboração própria com base do Portal Capes (2025)

A análise realizada evidenciou que, embora os 66 trabalhos analisados abordem o tema da “militarização escolar”, muitos o fazem sob diferentes perspectivas e enfoques metodológicos. Foram identificados 36 temas distintos dentro desse universo. Alguns dos trabalhos analisados buscaram compreender a dinâmica de determinados fenômenos no contexto da militarização escolar; outros promoveram comparações entre teorias consagradas — provenientes da Filosofia, Pedagogia, Sociologia, entre outras áreas — e os impactos decorrentes da militarização. Também foram identificados estudos voltados à análise histórica do processo de militarização escolar, bem como produções que estabeleceram vínculos entre essa temática e aspectos jurídicos. Diversas pesquisas se destacaram por proporem abordagens inovadoras, introduzindo novas perspectivas e relações com a esfera educacional militarizada. Considerando que o presente artigo tem como objeto de análise a disciplina de Sociologia nos

colégios militarizados, identificaram-se três trabalhos cujo foco está diretamente relacionado ao pensamento sociológico no currículo escolar.

O primeiro e mais diretamente relacionado trabalho ao pensamento social é a dissertação intitulada *O Ensino de Sociologia e a Cultura Escolar Militarizada: Análise das Práticas de Ensino de Sociologia no Ensino Médio do CPMAV (Colégio da Polícia Militar Alfredo Viana) em Juazeiro-BA*, de autoria de Demétrio Cardoso da Silva, publicada em 05 de maio de 2020. A pesquisa, classificada na Tabela 04 sob o tema “Pensamento social em escolas militarizadas”, teve como objetivo analisar a percepção dos estudantes do ensino médio em relação ao ensino de Sociologia após a implantação do Programa Cívico-Militar. O foco da investigação recaiu sobre a forma como os alunos compreendem a disciplina, a cultura militarizada e as dificuldades na articulação entre os conteúdos sociológicos e suas realidades cotidianas. Foram examinadas, ainda, a dinâmica institucional, as práticas escolares e os documentos normativos da unidade.

A metodologia combinou abordagens qualitativas e quantitativas, com o uso de entrevistas narrativas, questionários semiestruturados e observações de campo. O referencial teórico fundamentou-se nos conceitos de campo, capital, inculcação cultural e *habitus* de Pierre Bourdieu, além da noção de bricolagem em Michel Foucault. Como principal conclusão, os estudantes internalizaram os valores militares — como disciplina, obediência e hierarquia — que estruturam o cotidiano escolar, moldando seus modos de agir e pensar de maneira quase automática, sob forte influência da cultura institucional vigente no colégio militarizado. A educação na escola, portanto, ultrapassou o ensino de conteúdos, atuando como mecanismo de inculcação ideológica. No que se refere ao ensino de Sociologia, o estudo não identificou antagonismos explícitos entre a disciplina e o projeto de militarização. Contudo, constatou certa instabilidade quanto à promoção do pensamento crítico e da reflexão social. Apesar dos desafios impostos pelo ambiente escolar, a disciplina ainda contribuiu para o estímulo à reflexão entre os estudantes. A pesquisa ainda revelou que a maioria dos alunos do CPMAV provém de famílias de classe média baixa, que optaram pela escola militarizada em busca de uma formação considerada mais qualificada. No entanto, foram observadas dificuldades didático-pedagógicas, como a escassez de docentes com formação específica em Sociologia.

A segunda obra, embora não trate diretamente da disciplina de Sociologia, aborda o currículo escolar no contexto das escolas militarizadas, estabelecendo, assim, um diálogo relevante com os conteúdos sociológicos. Trata-se da dissertação *Currículo das Escolas Militarizadas no Distrito Federal*, de autoria de Edna Mara Correa Miranda, publicada em 21

de maio de 2021, classificada na Tabela 04 sob o tema “Currículo escolar em escolas militarizadas”. O estudo teve como objetivo analisar os currículos das escolas militarizadas do Distrito Federal após a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, com ênfase na gestão curricular e nas possíveis mudanças ocorridas na prática pedagógica. A coleta de dados foi realizada por meio da comparação entre escolas tradicionalmente militares e instituições que adotaram mais recentemente o modelo cívico-militar. O referencial teórico da pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico e dialético, na pedagogia histórico-crítica e na teoria crítica da educação e do currículo. A metodologia adotada foi o estudo de caso, com a aplicação de entrevistas, questionários e análise documental. Entre os principais resultados, destaca-se os relatos dos docentes com receio em se manifestar em sala de aula e a aceitação passiva da militarização, reforçando a violência simbólica, naturalizando a hierarquia militar como modelo educacional. Outro achado relevante foi a ausência de melhora significativa no desempenho dos estudantes após a implantação da gestão compartilhada. A autora conclui que o modelo cívico-militar aprofunda desigualdades sociais ao tratar a disciplina como solução superficial para problemas estruturais da educação. Por fim, defende que a escola pública deve priorizar a formação crítica, em vez da padronização disciplinar imposta pelo aparato militar.

O terceiro trabalho, diretamente relacionado ao pensamento sociológico, é a dissertação *Cultura Militar nas Escolas Públicas Civis no Amapá: As Implicações da Padronização e Homogeneidade na Diversidade Sexual LGBTQIAP+*, de Zenilda Rodrigues Dias, defendida em 16 de novembro de 2023 e classificada na Tabela 04 sob o tema “Temática LGBTQIAP+ em escolas militarizadas”. A pesquisa investigou como docentes do Ensino Médio, da área de Ciências Humanas, em escolas de gestão compartilhada do Amapá abordam — ou evitam abordar — questões relativas à diversidade sexual, à luz da cultura militar presente nesses espaços escolares. O referencial teórico incluiu autores como Raymond Williams (2011), Burke (2014), Ribeiro (2019), Gramsci (2011), Freitas (2018) e Pereira (2022), articulando discussões sobre cultura, hegemonia, conservadorismo, privatização da educação e diversidade sexual. A metodologia adotada foi qualitativa, com entrevistas como principal instrumento de coleta de dados e análise orientada pela hermenêutica dialética. Os resultados indicam que a militarização contribui para a construção de um perfil estudantil padronizado, apagando a diversidade e promovendo homogeneidade no ambiente escolar. A pesquisa revelou que muitos docentes absorvem a lógica da doutrina militar, adotando posturas de neutralidade política e social, o que dificulta o debate sobre inclusão. A alegação de neutralidade foi utilizada como justificativa para silenciar questões relacionadas à diversidade sexual. Constatou-se, ainda, que os valores

morais impostos pela cultura militar ignoram os estudantes como sujeitos sociais com identidades próprias, restringindo a autonomia e o pensamento crítico. A autora conclui que a escola deve ser um espaço de pluralidade, diálogo e respeito à diversidade, em oposição à padronização imposta pelo modelo cívico-militar.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Pensamento sociológico no ensino público: Trajetória Histórica

Atualmente, as principais legislações que regem o Ensino Médio brasileiro são a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e a Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024, Quanto ao eixo sociológico presente na Lei nº 14.945, conhecida como Lei de Reforma do Ensino Médio, destaca-se que a Sociologia está contemplada tanto nos itinerários formativos – linhas de estudo em que o estudante pode aprofundar-se em áreas específicas –, quanto nas disciplinas da Formação Geral Básica, matérias obrigatórias do currículo nacional da Educação Básica. Nesse contexto, a Sociologia é inserida no eixo Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, juntamente com História, Geografia e Filosofia. O conteúdo sociológico presente na Base Nacional Comum Curricular de 2018 apresenta fundamentos que estimulam o desenvolvimento do pensamento crítico, a compreensão da sociedade e a formação cidadã. Os principais temas abordados são Fundamentos da Sociologia; Estrutura e Dinâmica Social; Trabalho, Economia e Sociedade; Cidadania, Direitos Humanos e Diversidade; Meios de Comunicação e Cultura Digital. Com esses eixos, pretende-se promover uma compreensão mais ampla da realidade e a percepção do estudante sobre seu papel na sociedade (BRASIL, 2018).

No entanto, em períodos anteriores, o conteúdo sociológico não possuía obrigatoriedade nem perfil voltado ao senso crítico e à dimensão democrática. Na lei de 2017, o pensamento sociológico era optativo para os alunos que escolhessem o eixo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, resultando em uma falta de homogeneidade da Sociologia para todos os estudantes da rede nacional. Ao longo dos últimos 135 anos, o eixo sociológico dentro da Educação Básica passou por diversas transformações. A tabela 03 apresenta as diferentes abordagens do pensamento sociológico nas diversas reformas educacionais realizadas no ensino público brasileiro.

Tabela 01 – Eixos sociológicos nas reformas educacionais brasileiras.

| Reforma Educacional | Período    | Disponível em quais cursos                                                                                                                                                                | Conteúdo Sociológico da Disciplina                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Observações                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|---------------------|------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Benjamim Constant   | 1890-1897  | Ofertada como "Sociologia e Moral nas escolas do exercício, segundo semestre do sétimo ano do ensino ginásial, quinto ano no ensino Normal e também presente no ensino superior.          | Assumiu caráter elitista e era voltada para pressupostos comteanos com nível de complexidade elevada ligados a ideia de física social e ao positivismo.                                                                                                                                                                                                                                                                                | A reforma foi aprovada pelos congressistas mas não implementada a nível nacional se restringindo apenas ao Distrito Federal que era Rio de Janeiro na época.                                                                                                                                          |
| Rocha Vaz           | 1925-1930  | Presente no sexto ano do ensino secundário                                                                                                                                                | Possuía status de retratar a realidade social da época discutindo valores políticos, religiosos quebrando costumes tradicionais e conservadores até então praticados. A Sociologia era vista como espécie de chave para entender qual seria melhor forma de organização política além de orientar os educadores da época a ensinar as novas gerações a serem cidadãos melhores preparados para uma nova organização política e social. | Essa reforma colocaria a disciplina no currículo nacional escolar. As escolas que quisessem se equiparar ao colégio Dom Pedro II deveria adotar como referência o currículo do colégio Federal tornando o currículo padronizado, estabilizando a estrutura administrativa educacional em todo o país. |
| Francisco Campos    | 1931-1941  | Presente no segundo ano do ciclo complementar do ensino secundário. Ela também estava presente nas provas finais para o ingresso do ensino superior.                                      | A Sociologia mais voltada para elites. Seu conteúdo ditava uma ciência social mais normativa, pretendendo ser didática quanto ao civismo, civilidade formas de asseio. Ausência de assuntos relacionados a desigualdades sociais que assolavam ao país.                                                                                                                                                                                | A reforma proporcionou maior regulação do Estado nas esferas educacionais e delineou a reforma do ensino superior e secundário. Procedimentos administrativos e didáticos-pedagógicos ficaram mais homogêneo em todo território nacional.                                                             |
| Gustavo Capanema    | 1942 -1960 | Excluída dos dois ciclos do ensino secundário. No ensino normal existia a matéria de "Sociologia Educacional". Estava sutilmente inserida nos programas de Filosofia e curso de comércio. | Seu conteúdo continuou a ser ministrado de forma dispersa, pouco articulada e mesmo desconexa por meio de várias disciplinas escolares.                                                                                                                                                                                                                                                                                                | A Sociologia sai do currículo escolar ao mesmo tempo que entrou na pós-graduação em que é inaugurado o primeiro mestrado na área em 1943 na Escola livre de Sociologia e Política.                                                                                                                    |

|              |             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                             |
|--------------|-------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Reforma 1961 | 1961-1970   | Presente como disciplina optativa no ensino médio. A matéria era nomeada como: "Organização Social e Política Brasileira", "Estudos Sociais", "Elementos de Economia"                                                                                                                                                                                  | Voltada para a formação cívica dos estudantes brasileiros, e ao preparo do exercício consciente da cidadania.                                                                                                                                                                                                             | Em 1962 foi criada a primeira lei de Diretrizes e Bases que padronizaria o currículo escolar a nível nacional.                                                                                                                              |
| Reforma 1971 | 1971 - 1981 | A Sociologia está presente nas matérias "Organização Social e Política Brasileira (OSPB)" e "Educação Moral e Cívica".                                                                                                                                                                                                                                 | Sua principal característica era a transmissão da ideologia em favor do regime militar, exaltando o nacionalismo e o civismo, visavam formar dentro dos padrões determinados pelas ideologias políticas. Os conteúdos sociológicos serviram para superar as explicações religiosas sobre o funcionamento do mundo social. | As disputas pelos liberalismo, positivismo, e catolicismo foram um dos fatores determinantes para o enfraquecimento da Sociologia na época.                                                                                                 |
| Reforma 1982 | 1982-2008   | A sociologia segue optativa no ensino médio, mesmo assim se manteve estável com concursos, propostas curriculares e experiência de formação de professores.                                                                                                                                                                                            | O conteúdo sociológico nessa época foi voltado para o exercício da cidadania, pautada no senso crítico e reflexão das realidades sociais.                                                                                                                                                                                 | Em 1997 o deputado Padre Roque começa uma batalha para tornar a disciplina obrigatória no currículo. Esse embate é finalizado em 2008 quando finalmente a Sociologia e Filosofia se tornam obrigatórias no currículo escolar.               |
| Reforma 2008 | 2008 - 2016 | A sociologia se torna obrigatória no currículo escolar do ensino médio brasileiro sendo ministradas nos três anos do ensino ou todo conteúdo em um ano ficando a escolha de cada estado a melhor distribuição do conteúdo.                                                                                                                             | Sua característica nesse período é formar cidadãos éticos, críticos, sujeitos e protagonistas dos eventos sociais.                                                                                                                                                                                                        | Devido a vários eventos sociais ligados ao fortalecimento da direita brasileira e do conservadorismo a Sociologia sofreu enfraquecimento nesse período.                                                                                     |
| Reforma 2017 | 2017-2025   | Na lei 13.415 A Sociologia se torna optativa configurando um Itinerário formativo, ou seja, estudantes podem escolher a partir de suas áreas de interesse. Já na lei 14.945 o Itinerário formativo foi reduzido de 1200 para 600 horas mas a Sociologia entra na carga horária da Formação Geral Obrigatória que mudou de 1800 para 2400 horas totais. | O conteúdo sociológico do período atual está voltado para Análise da Sociedade, Cultura, Política, Economia, Desigualdade, Fronteiras, Natureza, Ética e Direitos de forma a estimular o senso crítico do estudante diante dos cenários sociais existentes na atualidade.                                                 | Com a expansão da carga horária de 1800 para 2400 horas totais a Sociologia a partir de 2025 ganha mais segurança em ser lecionada na Formação geral obrigatória o que proporciona maior homogeneidade do pensamento social em todo o País. |

Fonte: Elaboração própria com base em MACHADO (1987), GARLET (2022), MEUCCI (2015), OLIVEIRA; STORTO; LANZA (2019), MORAES (2003), BRASIL 2024, BRASIL (2018).

O quadro acima resume as transformações e características do pensamento sociológico ao longo do tempo, considerando cada reforma educacional. Ao longo desses 135 anos, a Sociologia assumiu diversos perfis, sendo, por vezes, protagonista no currículo escolar, com status obrigatório, e, em outros momentos, praticamente invisível, não estando presente oficialmente na ementa. Sua função também foi variada nesse período, ora assumindo um papel crítico e de desnaturalização da realidade social, ora seguindo uma perspectiva positivista e racional comparável à física social, e, em certos momentos, voltando-se ao civismo, ao nacionalismo e ao amor à pátria. Tais oscilações demonstram que o ensino de Sociologia no Brasil está diretamente relacionado às disputas políticas e às concepções educacionais predominantes em cada época, alternando-se entre um modelo formador de cidadãos críticos e outro direcionado à padronização do pensamento e do comportamento social.

### **Projeto de Militarização das Escolas: Breve relato**

Para compreender o tipo de militarização escolar abordado neste trabalho, faz-se necessário explicar as diferentes modalidades existentes no Brasil. Segundo Lima, Golbspan e Santos (2022, p. 12), há as escolas militares já constituídas sob essa natureza, administradas por corporações como Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, vinculadas a órgãos como as Forças Armadas e as Secretarias de Segurança Pública. Essas instituições apresentam-se em pequeno número no país, são regidas por normas próprias e recebem financiamento dos órgãos reguladores aos quais estão vinculadas. Por outro lado, os colégios cívico-militares são escolas públicas das redes estaduais e municipais ligadas às Secretarias de Educação, que estabelecem convênios com as Polícias Militares e o Corpo de Bombeiros. Neste modelo, a gestão escolar é compartilhada entre servidores civis e militares, havendo também a participação de militares da reserva na administração geral das escolas. É este modelo cívico-militar que constitui o objeto de estudo deste trabalho.

O ideal de militarização escolar no Brasil tem como ponto inicial a década de 1990, especificamente no estado de Goiás. Segundo Guimarães e Lamos (2018), a administração neoliberal vigente no país naquela época promoveu diversas reformas, entre elas a reforma educacional, pressionada por uma agenda internacional de países desenvolvidos que exigiam mudanças nas políticas e economias dos países em desenvolvimento. Diante dessa conjuntura, e com o objetivo de reduzir a violência e melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes, o

governo de Goiás, na época, firmou uma parceria entre as secretarias estaduais de Segurança Pública e de Educação, transferindo algumas escolas públicas para a gestão da Polícia Militar. As unidades selecionadas localizavam-se, em sua maioria, em áreas periféricas com altos índices de homicídios, frequentadas por jovens em situação de vulnerabilidade social. Em 2001, ocorreu a militarização da primeira escola civil, o Colégio Estadual Hugo de Carvalho, que foi renomeado e reformulado como Colégio da Polícia Militar de Goiás. Já em 2016, o estado possuía cerca de 47 unidades militarizadas (DEREVEKI, 2023).

Em 2019, o Governo Federal, liderado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, implantou o Projeto Cívico-Militar em âmbito nacional. O objetivo era promover a melhoria da qualidade da educação básica brasileira. A proposta visava implementar mudanças nos aspectos didático-pedagógicos, com a promoção de atividades de supervisão escolar e apoio psicopedagógico, sem alterar as atribuições dos docentes. Com a mudança na liderança do Governo Federal e a posse do presidente Lula, em 12 de julho de 2023, o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa decidiram encerrar, de forma gradativa, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares em todo o país. Entretanto, estados como Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, Distrito Federal e Minas Gerais optaram por manter o modelo, financiando-o com recursos próprios (PINOTTI; RITTNER, 2023).

A expansão do projeto de militarização das Escolas Cívico-Militares em 2019 teve como um de seus principais impulsionadores o movimento neoconservador crescente nas últimas décadas no país. Lacerda (2019) vincula parte importante do conservadorismo brasileiro atual à corrente das missões evangélicas apoiadas pelo governo norte-americano da década de 1980, especialmente ao movimento da bancada evangélica no Congresso Nacional, que, nas últimas décadas, vem ganhando força e elaborando projetos políticos voltados à defesa da “família tradicional”.

Essa corrente neoconservadora norte-americana iniciou seu movimento durante a Guerra Fria, defendendo o libertarianismo econômico, declarando-se liberal e contrária à intervenção do Estado na economia. Entretanto, com as mudanças no liberalismo, passou a incorporar pautas mais à esquerda e, em resposta, deslocou-se ainda mais para a direita, assumindo posições cada vez mais conservadoras. Os programas do presidente democrata Lyndon Johnson, em 1981, voltados à eliminação da pobreza e da desigualdade racial, intensificaram os atritos com os neoconservadores, que, convictos de que tais programas poderiam sair do controle a qualquer momento, abandonaram o Partido Democrata e aliaram-

se exclusivamente ao Partido Republicano. Formava-se, assim, a chamada Nova Direita, fortalecida com a eleição de Ronald Reagan à presidência dos Estados Unidos.

Parte da corrente evangélica estadunidense estava diretamente ligada a esse movimento e ganhou força durante o governo Reagan. As organizações evangélicas, na década de 1970, passaram a atuar politicamente em nível internacional, inclusive no Brasil, apoiando causas da direita nacionalista e se opondo à Teologia da Libertação, uma vertente progressista da Igreja Católica. O movimento evangélico se expandiu na América Latina, pois representava uma alternativa ao comunismo. As igrejas evangélicas, com apoio dos Estados Unidos, realizaram diversas missões com o objetivo de evangelizar e combater movimentos sociais e governos de orientação progressista. Essa atuação também envolveu o uso de mídias como o rádio, a televisão e editoras. A retórica religiosa foi utilizada, ainda, para justificar as desigualdades sociais, responsabilizando os pobres por sua própria condição.

Outra investida desses grupos se volta para a área da educação, defendendo a militarização da sociedade, especialmente das escolas. Vale lembrar que essa corrente evangélica e neoconservadora apoiou a ditadura militar. Os valores compartilhados por seus adeptos incluem princípios punitivistas e a intenção de militarizar a sociedade. É a partir dessa perspectiva que a militarização ganha força nos últimos anos, com a implementação do modelo cívico-militar em âmbito federal, a partir de 2019. De acordo com o *Manual do Aluno do Sistema Colégio Militar do Brasil* (2024, p. 09), o modelo educacional militarista busca desenvolver o enquadramento disciplinar e hierárquico, promover valores como respeito, camaradagem, lealdade, patriotismo, civismo, espírito de corpo, aprimoramento técnico-pessoal e fé na missão. Além disso, esse modelo se caracteriza pela meritocracia, valorização da família e preservação das tradições.

É importante ressaltar que esse modelo é bastante procurado no Brasil por ser baseado na disciplina, formação de caráter, senso de responsabilidade e uma rotina bem estruturada, com horários definidos para estudos, atividades e práticas físicas. A presença de militares na gestão ou no apoio disciplinar transmite aos responsáveis a percepção de um ambiente seguro, livre de violência, drogas e indisciplina. No entanto, é evidente que esse modelo educacional apresenta um currículo fixo, centrado em princípios bem definidos. Tal estrutura pode, igualmente, trazer riscos, os quais serão discutidos a seguir.

## **Sociologia do currículo: algumas considerações**

A discussão sobre a militarização escolar está intrinsecamente relacionada ao debate curricular. Para Apple (2001), o currículo não se restringe à seleção de disciplinas, mas abrange os conteúdos ensinados, as formas de ensino, a organização do tempo e do espaço escolar, os critérios de avaliação, as normas do processo educativo e, igualmente, os conteúdos excluídos. Trata-se de uma construção social e ideológica que reflete disputas de poder, interesses e valores dominantes, funcionando como mecanismo de controle ideológico e social. Os saberes valorizados são, majoritariamente, oriundos da classe dominante, enquanto os conhecimentos de grupos historicamente marginalizados — como indígenas, feministas e movimentos antirracistas — são frequentemente silenciados ou excluídos.

Apple também distingue entre o currículo explícito, formalmente reconhecido, e o currículo oculto, constituído por práticas e valores não declarados, mas reproduzidos cotidianamente. O currículo oculto ensina a obediência à autoridade, a aceitação de normas sem questionamento e valoriza a competição e o desempenho individual. A padronização das tarefas escolares, a cronometragem do tempo e a lógica tecnicista evidenciam essa orientação. Nesse contexto, o fracasso escolar é tratado como algo natural, legitimando a exclusão em vez de enfrentá-la. O autor destaca, no entanto, que existem espaços de resistência dentro da escola e do currículo. Ressignificações podem ocorrer por meio de ações de alunos e professores que contestam o currículo tradicional, incorporando saberes de grupos marginalizados — como indígenas, LGBTQIAP+, movimentos decoloniais e antirracistas — e valorizando a cultura popular e regional, promovendo reflexão crítica e emancipação.

De forma convergente, Jean-Claude Forquin (1993) argumenta que o conhecimento escolar e sua organização curricular são condicionados por relações sociais e ideológicas. O saber escolar é resultado de imposições simbólicas determinadas por interesses específicos e conflitos sociais, refletindo a ideologia dos grupos dominantes. Para o autor, é fundamental superar as hierarquias culturais e as dicotomias entre saberes eruditos e populares, promovendo um currículo plural e contextualizado, que valorize as experiências e vivências dos estudantes.

Forquin também discute o currículo oculto como vetor de reprodução das desigualdades, favorecendo aqueles que já possuem capital cultural e social, em detrimento dos alunos oriundos das classes populares. O currículo permanece padronizado e centrado na cultura dominante, desconsiderando a diversidade cultural dos estudantes e contribuindo para o

fracasso escolar. Apesar das críticas ao modelo tradicional, Forquin ressalta a importância do ensino de habilidades básicas e conhecimentos instrumentais, essenciais para que os alunos enfrentem as desigualdades. Um currículo transformador, para ele, deve equilibrar conteúdo técnico com uma abordagem crítica e inclusiva.

Diante dessas reflexões, nota-se uma tensão evidente entre o pensamento sociológico aplicado à educação pública e o modelo de militarização institucionalizado nos últimos anos. O primeiro defende um currículo voltado à análise crítica da realidade social, à valorização do multiculturalismo e à formação de sujeitos conscientes das desigualdades. O segundo, por sua vez, adota uma lógica curricular rígida, disciplinar e padronizadora, alinhada aos interesses das classes dominantes — representadas por grupos neoconservadores defensores do militarismo como instrumento de contenção da violência e garantia da ordem. Analisar as pesquisas que exploram a intersecção entre esses dois campos é essencial para compreender os enfoques adotados, a profundidade das análises, a quantidade de produções acadêmicas e a existência — ou não — de conflitos entre as duas abordagens. Observar a forma como o pensamento sociológico vem sendo inserido no contexto da militarização permite antever o perfil que esse conteúdo poderá assumir nos próximos anos dentro do currículo escolar.

## CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a produção de pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* que abordam o pensamento sociológico no contexto das escolas militarizadas, a partir da implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, iniciado em 2019. Buscou-se refletir sobre as discussões, perspectivas de debate e conteúdos explorados nessas produções acadêmicas. As três dissertações analisadas ofereceram perspectivas distintas sobre o tema. O trabalho do mestrando Demétrio Cardoso da Silva, realizado no Colégio da Polícia Militar Alfredo Viana, em Juazeiro-BA, apresentou a percepção dos alunos em relação ao pensamento sociológico em um colégio militarizado. O embasamento teórico-metodológico foi pautado nos conceitos de Pierre Bourdieu e Michel Foucault. Como principal resultado, identificou-se a forte presença do *habitus* (conceito proposto por Bourdieu) nos comportamentos e valores dos estudantes. A pesquisa constatou que a disciplina de Sociologia, embora inserida em um ambiente militarizado, manteve-se relativamente inalterada, ainda que enfrentando limitações quanto à promoção da criticidade.

Já o trabalho da mestrandia Edna Mara Correa Miranda, que se propôs a estudar as escolas militarizadas no Distrito Federal, teve como foco a análise das mudanças curriculares decorrentes da implantação da gestão cívico-militar. Embora o pensamento sociológico não tenha sido investigado de forma direta, ele se faz presente na medida em que o estudo aborda a temática do currículo escolar — um campo que, por sua natureza, está intrinsecamente ligado às disputas ideológicas e sociais. Segundo os resultados apresentados pela autora, não houve uma reformulação curricular por parte da Secretaria de Educação. No entanto, destaca-se um dado relevante: o cerceamento de opiniões entre alguns professores, que relataram receio em se posicionar criticamente frente ao modelo militarista. Esse fato pode indicar a existência de uma coerção indireta ou de limitações à liberdade de expressão dentro do ambiente escolar. Tal fenômeno pode impactar diretamente a atuação docente, inclusive no tratamento de conteúdos sociológicos em sala de aula, comprometendo a abordagem crítica e plural exigida por essa disciplina.

A terceira dissertação, da mestrandia Zenilda Rodrigues Dias, voltada à temática LGBTQIAP+ em escolas militarizadas, apresenta com clareza a atuação do projeto militar sobre os temas sociais, sobretudo aqueles relacionados ao movimento LGBTQIAP+. Em seus resultados, a pesquisadora identificou o apagamento da diversidade dentro da escola estudada, bem como ações de repressão ao pensamento crítico e à autonomia de alunos e professores no ambiente escolar. É importante destacar que os três trabalhos analisados evidenciam tensões entre o modelo militar de ensino e o pensamento sociológico presente no currículo escolar, tanto no que se refere ao currículo explícito — conforme os conceitos propostos por Apple (2001) e Forquin (1993) — quanto ao currículo oculto ou não oficial.

No entanto, observa-se uma escassez de pesquisas especificamente voltadas ao pensamento sociológico em escolas militarizadas: de um total de 66 obras analisadas, apenas três abordaram diretamente essa linha temática. As demais pesquisas sobre militarização tendem a concentrar-se na compreensão da gestão escolar nos modelos militarizados, na descrição da implantação do projeto e de seus desdobramentos no campo educacional, ou ainda na análise da influência do conservadorismo e do neoconservadorismo na política educacional brasileira. Dessa forma, faz-se necessário ampliar o número de pesquisas voltadas ao pensamento sociológico no contexto das escolas cívico-militares, explorando outras abordagens, perspectivas e metodologias. Trata-se de um campo fértil, que oferece uma miríade

de possibilidades analítico-metodológicas para compreender as dinâmicas e os desafios da educação brasileira contemporânea.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27.833. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&ato=3f5o3Y61UMJpWT25a>. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394 para definir diretrizes para o ensino médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 jul. 2024. p. 1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm). Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Portaria nº 1.063, de 4 de dezembro de 2018**. Homologa a Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 dez. 2018. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55429642](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55429642). Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. EXÉRCITO. DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PREPARATÓRIA E ASSISTENCIAL. **Manual do aluno do Sistema Colégio Militar do Brasil**. Brasília, DF: DEPA, 2024. Disponível em: [https://www.depa.eb.mil.br/images/Artigos\\_documentos/DEZ/Manual\\_do\\_aluno\\_SCMB\\_24.pdf](https://www.depa.eb.mil.br/images/Artigos_documentos/DEZ/Manual_do_aluno_SCMB_24.pdf). Acesso em: 25 mar. 2025.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Brasília, DF, [2025]. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

CORRÊA MIRANDA, Edna Mara. **Currículo das escolas militarizadas no Distrito Federal**. 188 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/41853>. Acesso em: 24 mar. 2025.

DIAS, Zenilda Rodrigues. **Cultura militar nas escolas públicas civis no Amapá: as implicações da padronização e homogeneidade na diversidade sexual LGBTQIAP+**. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023. Disponível em: [http://repositorio.unifap.br/bitstream/123456789/1599/1/Dissertacao\\_CulturaMilitarEscolas.pdf](http://repositorio.unifap.br/bitstream/123456789/1599/1/Dissertacao_CulturaMilitarEscolas.pdf). Acesso em: 24 mar. 2025.

DEREVECKI, Raquel. **Há 25 anos, colégios estaduais militares de Goiás são modelo para o país.** *Gazeta do Povo*, 01 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/ha-25-anos-colegios-estaduais-militares-de-goias-sao-modelo-para-o-pais/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

FORQUIN, J. C. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GARLET, Alcenir João Ribas. **Ensino de Sociologia na educação básica no Brasil: alguns apontamentos sobre seu histórico e as reformas educacionais.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23698>. Acesso em: 16 maio 2025.

GUIMARÃES, P. C. P.; LAMOS, R. A. C. **Militarização das escolas na rede estadual de Goiás: a nova onda conservadora.** *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 20, n. 43, p. 66-80, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v20i43.4004>. Acesso em: 24 mar. 2025.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro.** Porto Alegre: Zouk, 2019

LIMA, I. G. de; GOLBSPAN, R. B.; SANTOS, G. **Mapeando o conservadorismo na política educacional brasileira.** *Educar em Revista*, v. 38, e85338, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.85338>. Acesso em: 24 mar. 2025.

MACHADO, Celso de Souza. **O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar.** *Revista da Faculdade de Educação*, v. 13, n. 1, p. 115-142, 1987.

MORAES, Amaury Cesar. **Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato.** *Tempo Social*, v. 15, n. 1, p. 5-20, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/Xf5BRdPjt6BwnnpQ457pwkN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2025.

MEUCCI, Simone. **Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente.** *Ciências Sociais Unisinos*, v. 51, n. 3, p. 251-260, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/csu.2015.51.3.02>. Acesso em: 24 mar. 2025.

PINOTTI, Fernanda; RITTNER, Daniel. **Governo Lula encerra programa de escolas cívico-militares criado por Bolsonaro.** *CNN Brasil*, 12 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/governo-lula-encerra-programa-de-escolas-civico-militares-criado-por-bolsonaro/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

OLIVEIRA, Ana Cláudia Rodrigues de; STORTO, Letícia Jovelina; LANZA, Fabio. **A educação básica brasileira em disputa: doutrinação versus neutralidade.** *Revista Katálisis*, v. 22, n. 3, p. 468-478, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/45fXX7nsGXqn3L8fcXzbDdM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2025

SILVA, Demétrio Cardoso da. **O ensino de Sociologia e a cultura escolar militarizada: análise das práticas de ensino de Sociologia no ensino médio do CPMV em Juazeiro-BA.** 155 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) – Universidade do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/584589>. Acesso em: 24 mar. 2025.